



DESLOCAMENTOS NO TRABALHO SEXUAL E SEUS REFLEXOS NA EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS DE MULHERES PROSTITUTAS

Fabiana Rodrigues de Sousa¹
Maria Waldenez de Oliveira²

Diversidade cultural

Historicamente, a cultura ocidental moderna tem se mostrado como única em face às demais culturas, as quais são tratadas como sub-culturas próprias de povos em estágios atrasados de desenvolvimento. A partir de um horizonte eurocêntrico, a modernidade é pensada como fenômeno exclusivamente europeu, o qual se desenvolve desde a Idade Média e, posteriormente, se difunde em todo o mundo. Nesse paradigma, a Europa é tida como centro do sistema-mundo, por ser portadora de características excepcionais que lhe permitiram superar, por meio da racionalidade, as demais culturas existentes. O etnocentrismo configura-se, portanto, como exemplo dessa tendência que consiste em julgar o outro a partir de padrões culturais próprios acionados como referência de normalidade, de tal forma que os comportamentos, costumes e visões de mundo apresentados pelos demais grupos sociais são inferiorizados, negados e até mesmo desumanizados (BRASIL, 2009a, DUSSEL, 2007).

Esse processo de desumanização desenvolveu-se no Brasil, no período de colonização, quando os povos europeus impuseram sua cultura como norma e acabaram por dizimar as diversas comunidades indígenas. Diversos povos e culturas foram e ainda são pensados e classificados sob a ótica dessa perspectiva que destaca uma dada cultura como civilizada- em geral a eurocêntrica - em detrimento das demais que são tidas como primitivas e atrasadas (BORGES; BRANDÃO, 2010)

O mito de que uma cultura é superior as demais tem sido empregado, historicamente, pelos opressores como estratégia para dividir e manter o poder, impingindo a classe oprimida a assimilar valores e modos de viver impostos pelas classes dominantes. Freire (2008) destaca que a regra “dividir para reinar” torna-se condição fundamental para a manutenção do poder pelas classes dominantes. Para o autor, a multiculturalidade é uma oposição a tal regra, nela é negada a justaposição de uma cultura sobre as outras, ela funda-se na liberdade e no direito assegurado a cada cultura de mover-se no respeito às outras, é uma possibilidade de estar com os outros mesmo sendo diferente, sem medo de ser diferente e de ser cada cultura “para

¹ PPGE/UFSCar. fabianalhp@yahoo.com.br. Agência financiadora: FAPESP (contou com apoio da CNPq)

² PPGE/UFSCar. dmwo@ufscar.br



si”. *A multiculturalidade não é natural e espontânea, pelo contrário, ela se configura como criação histórica que exige vontade política, decisão, mobilização e organização de cada grupo cultural visando a objetivos comuns. Essa criação histórica demanda uma prática educativa coerente com esses objetivos, além de uma ética fundada no respeito às diferenças.*

O modo como as pessoas percebem a diversidade e as diferenças (sejam elas de pertencimento a uma classe social, gênero, orientação sexual ou raça/etnia) é culturalmente estabelecido e tanto pode gerar exclusão e desumanização de pessoas e grupos sociais, como pode resultar no engajamento e na busca pela libertação dos mesmos.

No final do século XIX, em cidades americanas e européias predominava a visão biológica da sociedade e de seus problemas e temores sociais. Miskolci (2005), destaca que esse panorama de temores e problemas sociais configura-se como ponto de partida para o estudo histórico da normalidade e do desvio social.

A emergência da normalidade e do desvio só pode ser esclarecida se constatarmos que, ao contrário do que parecia aos pensadores daquela época, os problemas que os afligiam não eram novos. O crime, a prostituição e outros comportamentos similares existiam há muito. A novidade era a problematização desses fenômenos a partir da ascensão da medicina social, a qual passou a enquadrar as práticas sociais a partir de seus próprios conceitos. Progressivamente toda forma de comportamento que não se enquadrava no padrão burguês passou a ser vista como anomalia e desvio (MISKOLCI, 2005, p. 10).

A exclusão social resulta desse modelo econômico pautado na normatização cultural e na naturalização das diferenças que imputa os males sociais como se fossem inerentes aos indivíduos. Segundo Rubén Lo Vuollo citado por Ávila (1999, p.42), a exclusão social refere-se *“a todas aquelas condições que permitem, facilitam ou promovem que certos membros da sociedade sejam apartados, rechaçados, ou simplesmente lhes seja negada a possibilidade de aceder aos benefícios sociais.”*

Cabe destacar que, embora tenhamos vivenciado uma construção social, na qual a diferença foi marcada com intuito de hierarquizar alguns grupos em detrimento de outros; é possível transformar essa construção, gerando uma nova ordem de relações, nas quais as marcas corporais não sejam acionadas para sinalizar inferioridade e subalternidade de um grupo ao outro, mas sim para refletir a vocação humana para a diversidade.

As ações desenvolvidas pelos distintos movimentos sociais podem ser compreendidas como exemplo dessa nova ordem de relações, as quais têm contribuído, significativamente, para uma mudança de paradigma na compreensão da diversidade social, que deixa de ser analisada sob o viés do desvio/normalidade e passa a ser percebida e afirmada como direito à diferença. Candau (2008,



p.47) destaca que, nas lutas pelos direitos humanos, “*atualmente a questão da diferença assume importância especial e transforma-se num direito, não só o direito dos diferentes a serem iguais, mas o direito de afirmar a diferença.*”

Os movimentos sociais vêm desenvolvendo uma nova política cultural, na qual as chamadas minorias sexuais e étnicas se engajam na luta social, questionando teorias e conceitos que legitimam preconceitos, criando, assim, novas linguagens e práticas sociais (PAIVA, 1998, LOURO, 2008). Por meio da autorrepresentação, os sujeitos que tomam parte desses movimentos têm fornecido subsídios que auxiliam na compreensão dos significados, atitudes, saberes e valores concernentes aos modos de ser e de viver apresentados pelas pessoas - mulheres, negros/afrodescendentes, homossexuais, travestis, prostitutas, etc - que constituem esses grupos.

O levantamento desses múltiplos significados é fundamental para o planejamento de iniciativas no campo da prevenção e promoção da saúde, na formulação de diretrizes e políticas públicas voltadas à educação e na busca pela conquista e efetivação de direitos humanos das pessoas que compõem esses movimentos sociais. Pois, como alertam Borges e Brandão (2010), cada sistema cultural vive o seu próprio tempo e ritmo, possui coerência interna em todos os seus planos e dimensões de realização e representa uma experiência única, de tal forma que só pode ser compreendida no movimento de “de dentro para fora”, partindo de sua lógica interna para outra qualquer.

Corpo, gênero e sexualidade

O corpo é percebido como referência que ancora a identidade, comumente, é aceita a premissa de que o corpo – e por extensão a sexualidade - é o que temos de mais ‘natural’, sendo essa, portanto, nossa fonte primordial de identidade. O corpo é considerado como inequívoco e evidente por si, permitindo que identidades sexuais de gênero e raça/etnia sejam ditadas a partir de marcas biológicas³. Nessa perspectiva, ignora-se que os corpos são significados por uma cultura e que, portanto, são constantemente alterados por ela. Em vez de pensarmos em um corpo universal, deveríamos pensar em corpos plurais marcados por experiências específicas de classe, de etnia, de gênero, de idade, de orientação sexual, etc. Os corpos não são dados da natureza prontos e acabados, por isso devem ser percebidos em sua dinamicidade, cujas necessidades e desejos

³ O processo de biologização e naturalização das diferenças, desenvolvido nos séculos XIX e XX, vinculou-se à restrição da cidadania a negros, mulheres e homossexuais (BRASIL, 2009a).



alteram-se com a passagem do tempo, com a mudança dos hábitos, com as doenças, os diversos cuidados e as novas formas de intervenção médica, dentre outros (BRASIL, 2009a; LOURO, 1999).

A diferença não é uma característica pré-existente nos corpos de alguns indivíduos, é antes uma característica atribuída a certas pessoas, quando estas são tomadas em comparação a outro sujeito que é tido como referência, ou seja, como normal. As marcas da diferença não são inatas, mas inscritas e reiteradas por pedagogias culturais, práticas sociais, políticas públicas e saberes legitimados – como o saber médico, o científico e o jurídico (LOURO, 2008).

Articular a categoria gênero a outros marcadores de diferença (como sexualidade e etnicidade) tem se mostrado pertinente no questionamento da fixidez e imutabilidade da identidade. De acordo com Beleli (2009), a articulação das categorias gênero e raça/etnia favorece a reflexão sobre o modo como as identidades são construídas a partir de marcas corporais que apresentam significados diversos. A autora aponta que o debate sobre o estranhamento ao diferente pode configurar-se como estratégia válida para negar os essencialismos e a naturalização das diferenças.

A superação das discriminações e desigualdades sociais implica na elaboração de políticas públicas articuladas, tendo em vista que práticas estigmatizantes e discriminatórias como misoginia, homofobia e racismo se dão de forma combinadas, no interior de nossa sociedade, refletindo um modelo socioeconômico que tende a inferiorizar e negar direitos a mulheres, gays, lésbicas, transexuais, travestis, negros, prostitutas, indígenas, dentre outros. A desnaturalização dessas desigualdades exige um olhar transdisciplinar que convoca diferentes ciências e saberes para compreender a correlação entre essas formas de discriminação e elaborar formas também transdisciplinares para enfrentá-las e para promover a igualdade de oportunidades (BRASIL, 2009a).

Em pesquisas realizadas junto a diferentes contextos prostitucionais, Pasini (2009) relata que não centrou seu olhar aos comportamentos sexuais dos sujeitos, mas sim ao que eles significam em contextos sociais. A sexualidade não deve ser previamente/naturalmente fixada em um corpo, em uma maneira de ser e de expressar, pois só ganha significado, quando compreendida sob determinado contexto cultural e histórico, partindo dos sentidos ali elaborados.

Piscitelli (2005), em artigo que aborda as marcas de gênero que atravessam o mercado do sexo, comenta que entre as perspectivas feministas e a produção sobre trabalho sexual existem discrepâncias no tocante ao lugar que a sexualidade ocupa no posicionamento social de prostitutas e aos modos como operam as relações de poder. Ora a vinculação das mulheres com sexo é compreendida como raiz de sua opressão e abuso, destarte, prostitutas são percebidas como objeto



sexual, seres passivos, vítimas de exploração sexual e carentes de poder. Outrora, quando a vinculação das mulheres com sexo é compreendida como fonte de poder, a prostituta converte-se em símbolo da autonomia sexual das mulheres; capaz de se opor à ordem sexual vigente. Em outros momentos, o sexo é entendido como tática cultural que tanto pode desestabilizar o poder masculino como reforçá-lo, nesse caso, a prostituta é percebida como detentora de agência e capaz de fazer um uso ativo da ordem sexual existente.

Acompanhar essas discussões sugere que a inovação presente em algumas linhas do debate atual reside, sobretudo, em um deslocamento do posicionamento das pessoas que prestam serviços sexuais. São linhas de produção acadêmica que se desenvolveram trabalhando em estreita colaboração com as idéias de trabalhadores do sexo, entre os/as quais se dissemina a exigência de serem considerados sujeitos de direitos enquanto integrantes de uma categoria ocupacional. O deslocamento se reflete em perspectivas que, longe de considerar as/os trabalhadores do sexo vilões/ãs ou vítimas, concedem a eles um lugar de seres dotados de capacidade de agência (PISCITELLI, 2005, p.14).

A mobilidade no trabalho sexual exercido em São Carlos

As ações educativas desenvolvidas por membros do Grupo de Estudos sobre Trabalho Sexual (GETS)⁴, tem como público alvo prostitutas que exercem prostituição em casas noturnas da cidade e, recentemente, tem se estabelecido o diálogo com algumas travestis que exercem prostituição de rua em São Carlos/SP. Nessa cidade, a oferta de serviços sexuais denominada, usualmente, como “programa” pode ser realizada tanto em locais abertos e públicos como ruas, rodovias e praças, como pode realizar-se em estabelecimentos fechados e privados, como as chamadas boates e casas noturnas localizadas, predominantemente, próximo à rodovia Washington Luís e à Avenida Getúlio Vargas, conhecida zona de prostituição da cidade. Nesses estabelecimentos, mulheres oferecem serviços sexuais a uma clientela constituída majoritariamente por homens e alguns casais. Na mesma avenida, também ocorre a prestação de serviços sexuais por travestis que costumam esperar a aproximação da clientela em espaços abertos, ou seja, ao longo da própria avenida.

Neste texto, abordaremos mais especificamente a prostituição exercida por mulheres prostitutas, sendo esse o público alvo inicial focado nas ações implementadas por membros do GETS.

⁴ Grupo de estudos ligado ao Departamento de Metodologia de Ensino/UFSCar, realiza estudos e pesquisas sobre a temática da prostituição/trabalho sexual e desenvolve ações educativas com mulheres que prestam serviços sexuais em casas noturnas da cidade.



A organização da prestação de serviços sexuais em casas noturnas da cidade costuma se dá a partir da definição e aplicação de regras e acordos compartilhados em diferentes estabelecimentos comerciais. Como principais regras referentes à rotina de convivência e organização do trabalho sexual, prostitutas destacam o horário para apresentarem-se no salão, cada estabelecimento determina um horário para que as prostitutas se apresentem no salão, o qual coincide com a chegada dos primeiros clientes, geralmente por volta das 20h à 21h. Há boates que estipulam multa para a mulher que se ausente ou que se apresente com atraso no salão.

Nas casas noturnas, freqüentemente, cobra-se um preço mínimo por programa o qual é pré-determinado e tabelado em cada estabelecimento. O mesmo preço costuma ser observado em boates de localização próxima, revelando uma possível combinação prévia entre os proprietários de casas noturnas. De acordo com relatos concedidos por proprietária e proprietário de uma casa noturna da cidade, não só o preço mínimo do programa é combinado previamente, mas também preços de bebidas e estilo de decoração do ambiente. Segundo ambos, a clientela desse tipo de estabelecimento costuma freqüentar as diferentes boates e ao encontrar semelhanças, torna-se mais fácil o processo de adaptação ao local, representando, conseqüentemente, maior possibilidade de lucro aos proprietários (SOUSA, 2007).

O valor cobrado pelo programa é destinado integralmente à mulher que prestou o serviço sexual, a prostituta pode negociar com o cliente um preço maior que o tabelado, caso seja demandado um tipo de serviço sexual diferenciado, tais como prática de sexo anal ou oral. Cada serviço sexual possui um preço, existem mulheres que aceitam realizar diversos tipos de programa, inclusive os que envolvem sexo anal e outros como o show erótico, mas há mulheres que se negam a realizá-los.

As casas noturnas da cidade funcionam apenas à noite, durante o dia as prostitutas tem horário disponível para dedicarem-se a outras atividades como lazer, cuidados com a saúde, cuidados estéticos, realizar compras pessoais, etc. Algumas mulheres prestam serviços sexuais aos chamados clientes fixos, que as contatam por telefone e combinam programas em locais como chácaras, hotéis, motéis ou a própria casa do cliente. Há boates que realizam churrascos, aos sábados à tarde, com a participação de clientes e prostitutas. Em alguns estabelecimentos, as mulheres folgam no domingo, nesse dia, algumas prostitutas costumam regressar para cidade de origem com intuito de visitar filhos e outros familiares.

Parcela significativa das prostitutas que prestam serviços sexuais em casas noturnas da cidade é oriunda de cidades da região como Araraquara, Taquaritinga, Campinas, Ribeirão Preto,



Limeira, Sumaré e São Paulo. Também há mulheres que vieram de outros estados como Minas Gerais, Rio de Janeiro, Bahia, Tocantins, Goiás, dentre outros. A condição de migrante apresentada pelas mulheres que exercem prostituição em casas noturnas de São Carlos é um fator que pode dificultar o acesso a sistemas de saúde, educação e lazer. Por se encontrarem, constantemente, em posição de pessoa nova na cidade, nem sempre, essas mulheres conhecem as instituições que oferecem tais serviços e onde as mesmas se localizam.

No tocante ao acesso a sistema de educação, além do preconceito e da discriminação voltados a pessoas que exercem prostituição, a mobilidade apresentada por prostitutas também pode configurar-se como empecilho à permanência em instituições de ensino. As prostitutas, freqüentemente, se deslocam em diferentes cidades da região e se estabelecem em casas noturnas, nas quais consideram encontrar maior movimento⁵. A mobilidade tolhe a presença dessas mulheres em escolas e instituições de ensino, cuja rotina é comumente marcada pelo controle dos corpos, no tempo e espaço, que pode ser observado na formulação do calendário, na disposição da mobília e no controle de freqüência, etc.

A necessidade de viajar, freqüentemente, aliada à ausência de um comprovante de residência – tendo em vista que boa parcela dessas mulheres reside nas próprias casas noturnas onde prestam serviços sexuais – caracterizam-se como obstáculos ao acesso à educação. A prostituta depara-se, inicialmente, com a dificuldade para realizar sua matrícula em uma instituição de ensino e, diante da mobilidade intrínseca a atividade exercida, defronta-se com a impossibilidade de adaptar-se às regras inerentes à escola, geralmente, organizada em função de um calendário letivo que não leva em consideração as especificidades da rotina vivenciada pelas pessoas que exercem prostituição.

De acordo com Alvarez e Rodrigues (2009) que realizaram pesquisa sobre prostituição nas cidades de Fortaleza/CE e Belém/PA, a mobilidade que as prostitutas apresentam ao largo de sua vida pode ser entendida a partir de dois ciclos relacionados em que se combina oferta e demanda. O primeiro deles refere-se ao tempo de permanência na zona de prostituição, quando uma mulher chega a uma casa noturna, inicialmente, ela realiza maior número de programas (cerca de quatro a seis por noite), e à medida que passa a ser conhecida e deixa de ser novidade no local, verifica-se uma redução nesse número. Essa tendência impulsiona a prostituta a migrar para outros lugares, a princípio, dentro da própria cidade e, posteriormente, para cidades vizinhas ou mesmo outros estados. O segundo ciclo refere-se à vida da mulher que exerce prostituição e a sua idade cronológica. As mulheres mais novas são, habitualmente, mais procuradas pela clientela e podem

⁵ Termo empregado por prostitutas e funcionários de casas noturnas para fazer referência à freqüência de clientes nesses estabelecimentos com intuito de consumir bebidas alcoólicas e serviços sexuais.



receber maiores quantias em função dos serviços prestados. Os autores salientam que tais ciclos são conhecidos e manipulados pelas prostitutas.

Como resposta a mobilidade inerente ao trabalho sexual e às ações de preconceito e discriminação voltadas a mulheres que exercem prostituição, prostitutas optam por manter seus filhos sob os cuidados de suas mães (avós das crianças), as quais residem em cidade diferente daquela onde elas exercem trabalho sexual. Essa é uma estratégia para resguardar os filhos do preconceito que recai sobre os chamados “filhos da puta”, expressão pejorativa muito empregada quando se almeja depreciar a imagem de alguém. Além disso, essa ação também consiste em modo de salvaguardar o direito aos seus filhos de freqüentarem a instituição escola.

Segundo afirmam Mendes e Marques (2009) que realizaram pesquisa em uma boate localizada em Laguna/SC, o espaço escolar é considerado nobre pelas prostitutas, pois nele se concentra boa parte das expectativas em relação ao futuro de seus filhos, a freqüência na escola é percebida por elas como importante instrumento de transformação social e de libertação do estigma da pobreza e da marginalização, por isso, as prostitutas fazem o possível, dentro das condições disponíveis, para acompanhar o processo de educação formal de suas crianças.

A falta da convivência diária com os filhos é sentida de maneira penosa por essas mulheres que criam mecanismos para compensar a ausência, tais como satisfazer os desejos dos mesmos, criar vínculo de cumplicidade e confiança com os filhos, realizar visitas sempre que possível e oferecer-lhes presentes como roupas e brinquedos.

Ressaltamos que além da mobilidade, o estigma e preconceito também se caracterizam como entraves ao pleno exercício da cidadania por pessoas que exercem prostituição. Atitudes preconceituosas por parte de profissionais de saúde, da assistência social e segurança pública somadas a limitações de horário para acessar sistemas de saúde, educação e justiça têm contribuído para reforçar a invisibilidade relativa às violações sofridas pelas prostitutas, tais como violência física, de gênero e sexual que acabam sendo reforçadas pela violência institucional (BRASIL, 2009b).

Dessa forma, afirmamos a necessidade de pesquisas e ações educativas que se propõem a dialogar com grupos sociais compostos por mulheres, travestis e demais pessoas que exercem prostituição, visando a dar visibilidade a suas reivindicações, seus modos de ser e perceber a realidade, conhecer os saberes, valores e posturas compartilhados pelas pessoas que interagem em diversos contextos prostitucionais. Somente por meio da convivência e do diálogo com prostitutas é que se torna possível identificar e compreender os significados que elas atribuem à prática da



prostituição e às experiências vivenciadas nesse contexto, possibilitando o conhecimento de suas demandas e a construção de ações transdisciplinares voltadas ao encaminhamento das mesmas.

A defesa dos direitos humanos supõe uma postura política e ética, na qual todos sejam respeitados e tratados com dignidade apesar das diferenças apresentadas, sejam elas em função de classe social, orientação sexual, gênero, raça/etnia ou ocupação exercida. Concluimos, em consonância com Santos (2003) e Candau (2008), reafirmando a necessidade de ressignificar os direitos humanos com base numa perspectiva multicultural que leve em consideração a heterogeneidade dos grupos culturais e promova uma educação capaz de favorecer o reconhecimento do outro e desenvolver o diálogo entre os diferentes grupos socioculturais.

Referências:

ÁVILA, Maria Betânia. Direitos Reprodutivos, Exclusão Social e Aids. In. BARBOSA, R. M.; PARKER, R. (org) *Sexualidades pelo Avesso: direitos, identidades e poder*. Rio de Janeiro : IMS/UERJ; São Paulo : Ed.34, 1999.

ALVAREZ, Gabriel O.; RODRIGUES, Marlene T. Prostitutas cidadãs: movimentos sociais e políticas de saúde na área de HIV/Aids. *SER Social*, América do Norte, set/ 2009. Disponível em: http://seer.bce.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/44.

BELELI, Iara. Gênero e outros marcadores de diferença. In. BELELI, I; MISKOLCI, R.; RISCAL, S.; SILVÉRIO, V.R. *Marcas da Diferença no Ensino Escolar*. UFSCar Virtual/Educação a Distância, São Carlos, 2009.

BORGES, Maristela Corrêa; BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Igualdade e diferenças: as diversas culturas e a cultura popular*. Disponível em <<http://www.unimontes.br/coloiointernacional/arquivos/21maristelacorreaborges.pdf>> Acesso em maio de 2010.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Secretaria Especial de Políticas de Igualdade Racial. *Gênero e Diversidade na Escola*. Formação de Professoras/ES em Gênero, Sexualidade, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais. Livro de Conteúdo. Versão 2009 – Rio de Janeiro : CEPESC, Brasília : SPM, 2009a.

BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República. *Plano Integrado de Enfrentamento da Feminização da Epidemia da Aids e outras DST*. Brasília, 2009b.

CANDAU, Vera Maria. Direitos humanos, educação e interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença. *Revista Brasileira de Educação*, n.37, v.13, jan/abr. 2008.

DUSSEL, Enrique. *Ética da libertação na idade da globalização e da exclusão*. 3 ed. – Petrópolis, RJ : Vozes, 2007.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro :Paz e Terra, 2008.



LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da sexualidade. In. LOURO, G.L. (org) *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte : Autêntica, 1999.

_____. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. *Pro-posições*, v.19, n.2, maio/ago, 2008.

MENDES, Marcelo M.; MARQUES, Luiz Alberto S. Os filhos da zona: expectativas, cotidianos e pensares de profissionais do sexo sobre a educação escolar de seus filhos. *Anais da 32ª. Reunião Anual da ANPED*, 2009, GT Educação Popular. (CD – ROM), 2009.

MISKOLCI, Richard. Do desvio às diferenças. *Teoria & Pesquisa*, 47, jul/dez de 2005.

PAIVA, Vera. O sujeito sexual: uma proposta de intervenção. *Sexualidade, gênero e sociedade*, Dez, n.10, 1998.

PASINI, Elisiane. Sexo com prostitutas: uma discussão sobre modelos de masculinos. In. DÍAZ-BENITEZ, Maria Elvira; FÍGARI, Carlos Eduardo (orgs). *Prazeres Dissidentes*, Rio de Janeiro : Garamond, 2009.

PISCITELLI, Adriana. Apresentação: gênero no mercado do sexo. *Cadernos Pagu* [online]. n.25, Campinas, jul/dez de 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Por uma concepção multicultural dos direitos humanos. In. SANTOS, Boaventura de Sousa (org). *Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural*. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2003.

SOUSA, Fabiana Rodrigues de. *Saberes da vida na noite: percepções de mulheres que prestam serviços sexuais sobre o educar-se nas relações com seus clientes*. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, 2007.